



IA E USO DE IMAGEM DE PESSOA FALECIDA

Elis Regina e Volks: direito de imagem entra em debate.
Por Mariana Valverde, página 2



MEDIDAS PARA OXIGENAR O STF

Propostas para reformar o Supremo Tribunal Federal e conter ativismo.
Por Marcelo Figueiredo, página 2



COLETA DE DADOS RACIAIS E A LGPD

Identificação deve constar em formulários de admissão e demissão.
Por Lucélia Marcondes, página 4

Governo prepara programa de aluguel social

O ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvío Almeida, anunciou nesta segunda-feira que o Governo Federal deverá lançar um programa de aluguel social para atender a população em situação de rua.

Chamado Moradia, o programa deve primeiro aplicar um censo para apurar, com precisão, quantas pessoas vivem nessa condição em todo o país. A declaração foi dada durante um encontro com movimentos sociais que lutam pela causa, na capital paulista.

“Isso já está sendo discutido há meses, porque tem que ser elaborado com muito cuidado e também de acordo com a realidade brasileira. Não adianta pegar a experiência da Espanha e trazer para cá”, disse o ministro à Agência Brasil.

O aceno ocorre dias depois de o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes fixar um prazo de 120 dias para que seja apresentado plano nacional que aponte soluções para as demandas dessa parcela populacional.

O mais próximo que se tem, hoje, de um censo é o levantamento divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que contou cerca de 281 mil pessoas em 2022, número 38% superior ao registrado em 2019, antes da pandemia de covid-19.

O ministro Silvío Almeida antecipou que há também intenção de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva realize um “grande ato” para assinar decreto para regulamentação de cotas especiais do Minha Casa, Minha Vida, voltadas a esse público.

“Para mostrar a força da nossa agenda”, acrescentou, dizendo, ainda, que o governo “está totalmente empenhado” em proteger e promover os direitos das pessoas em situação de rua.

Outra ação que está nos planos do governo, de acordo com Almeida, é a produção de um boletim epidemiológico capaz de demonstrar como está a saúde desse grupo em específico.

Na opinião do ministro, a decisão do STF expôs todas as dificuldades de se concretizar a política nacional com foco na população em situação de rua, que deveria existir, conforme decreto presidencial, desde 2009. Segundo o ministro, o governo tem realizado uma série de reuniões interministeriais nos últimos dias.

Nota de crédito da Petrobras atinge maior nível desde 2008

Fitch não aumentava rating da estatal há 15 anos

Agência de classificação de risco Fitch elevou a nota de crédito de várias empresas brasileiras, entre as quais, a Petrobras. Ao todo, 22 companhias tiveram o grau aumentado de BB para BB+.

Segundo a Fitch, a melhora das classificações está diretamente relacionada à elevação da nota de crédito do Brasil, na última quarta-feira (26), quando o país passou de BB- para BB.

De acordo com a Fitch, a perspectiva no grau obtido é de estabilidade, tanto para o Brasil como para as demais empresas.

Além da Petrobras – maior empresa do país, avaliada em mais de R\$ 400 bilhões – a reavaliação

da Fitch inclui companhias como Aché Laboratórios Farmacêuticos, BR Malls (shopping center) e Companhia de Gás de São Paulo (Comgás).

Também aparecem empresas como Companhia de Saneamento de São Paulo (Sabesp), Companhia Energética de São Paulo, Energisa (distribuidora de energia), Globo, Localiza (aluguel de carros), Rede D’Or São Luiz (hospitais) e Rumo Logística.

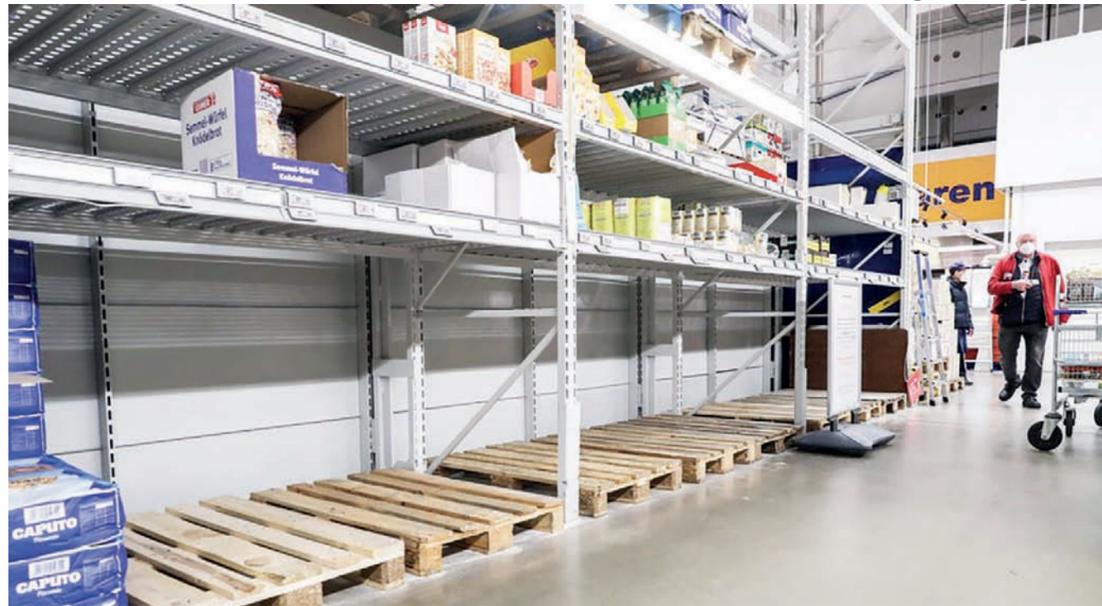
O diretor financeiro e de Relacionamento com Investidores da Petrobras, Sergio Caetano Leite, vê na mudança de rating uma forma de reduzir o custo de financiamento da estatal.

“Esse upgrade [elevação da

nota] é muito relevante para a Petrobras porque vem ao encontro de algo que nos é muito caro, que é a redução do nosso custo de capital, com a consequente geração adicional de valor para os nossos investidores”, afirmou Leite.

“A Fitch reconhece, na sua avaliação, a solidez financeira da Petrobras. Seguiremos trabalhando para que a Petrobras seja percebida cada vez mais como um investimento seguro e rentável”, disse o DRI à Agência Brasil.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) divulgou nota em que destaca que “aos poucos, a Petrobras vai desmontando armadilhas”. **Página 6**



Zheng Huansong/Xinhua

Economia da Europa segue em ritmo lento; Portugal consegue crescer 2,3%

O Produto Interno Bruto (PIB) da Zona do Euro (19 países) cresceu 0,3% no segundo trimestre de 2023 em comparação com o primeiro trimestre, de acordo com uma estimativa inicial publicada nesta segunda-feira pelo Eurostat, o escritório de estatística da União Europeia (UE). Em relação ao segundo trimestre de 2022, a alta foi de 0,6%.

O PIB da União Europeia (27 países) no segundo trimestre de 2023 manteve-se estável em comparação com o trimestre anterior. Ele aumentou 0,5% em relação ao segundo trimestre do ano passado.

O PIB de Portugal cresceu 2,3% no segundo trimestre de 2023 face ao mesmo período do ano passado, informou esta segunda-feira o Instituto Nacional de Estatística (INE), o IBGE do país.

No primeiro trimestre, o crescimento tinha sido de 2,5%, recorda o INE. O Instituto explicou que as importações do país superaram as exportações, sobretudo de bens e serviços.

O PIB da Itália caiu 0,3% no segundo trimestre do ano em comparação com o primeiro trimestre, mostraram dados preliminares do instituto de estatísticas do governo.

Em relação ao segundo trimestre de 2022, a alta foi de 0,6% dis-

se o Instituto Nacional de Estatística da Itália (Istat).

Em comunicado, o Istat disse que a tendência de crescimento negativo é “cíclica”, acrescentando que se deve a uma queda nos setores primário e industrial, que superou o fortalecimento do setor de serviços, impulsionado principalmente pelo turismo. A demanda geral também enfraqueceu, disse a agência.

O Instituto disse que a taxa de inflação do país em julho foi de 6% (anualizada), a sétima vez nos oito meses anteriores de queda desde que atingiu um recorde de 11,8% em outubro e novembro do ano passado.

Incidentes da LGPD terão de ser divulgados na mídia

O Projeto de Lei 1876/23 torna obrigatória a divulgação, em veículos de grande circulação, de qualquer incidente de segurança que possa acarretar em risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais.

A proposta em análise na Câmara dos Deputados também estabelece que os agentes de tratamento desses dados deverão divulgar o incidente em suas páginas e perfis na internet, além de informar o ocorrido à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

O texto insere a medida na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e prevê a edição pelo Poder Executivo de normas complementares necessárias à execução da regra.

Autor da proposta, o deputado Marcos Tavares (PDT-RJ) afirma que não são raras as notícias que relatam o vazamento e a venda no mercado clandestino de grandes volumes de dados pessoais de usuários da internet.

“Nesse cenário, o usuário não é informado sobre quando e quais dados foram objeto de incidente de segurança e, por isso, não é possível tomar as providências e precauções que naturalmente tomaria”, disse.

Para ele, as medidas propostas permitirão “conceder maior transparência aos casos de vazamento de dados ou outros incidentes de segurança semelhantes, munindo o titular e a própria ANPD do conhecimento e dos meios para remediar os prejuízos deles decorrentes e até mesmo evitá-los”.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 4,9200
Dólar Turismo	R\$ 4,9700
Euro	R\$ 5,200
Iuan	R\$ 0,6616
Ouro (gr)	R\$ 304,35

ÍNDICES

IGP-M	-0,72% (julho)
	-1,93% (junho)
IPCA-E	
RJ (setembro)	-0,97%
SP (junho)	0,79%
Selic	13,75%
Hot Money	0,63% a.m.

IA e uso de imagem e voz de pessoa falecida

Por Mariana Valverde

Com o avanço dos recursos envolvendo Inteligência Artificial, já é possível produzir conteúdo publicitário utilizando-se de imagem e voz de pessoas falecidas.

Recentemente, no Brasil, pudemos experienciar esse tipo de produção no comercial televisivo de uma marca automobilística envolvendo a imagem e a voz da cantora Elis Regina, falecida em 1982.

A inovação trouxe à tona discussão acerca da prote-

ção dos direitos de personalidade de pessoa falecida, principalmente no que tange à utilização pós-morte e por meio de recursos de inteligência artificial.

Atualmente, a utilização de imagem de pessoa falecida deve ser autorizada por seus herdeiros, cônjuge, ascendente e/ou descendentes, conforme prevê o artigo 20 do Código Civil. Porém, as autorizações comumente concedidas eram para utilização de fotografias e/ou vídeos antigos, sendo até então impensável a criação de novas imagens, vídeos e

áudios contendo personalidade falecida.

Elis Regina e Volks: direito de imagem entra em debate

Pensando na proteção da privacidade e na preservação da dignidade do indivíduo após a morte, foi apresentado pelo Senador Rodrigo Cunha (Podemos/AL) o Projeto de Lei nº 3592 de 2023, que objetiva fixar diretrizes para o uso de imagem e áudio

feitos por meio da inteligência artificial de pessoas falecidas.

O projeto é composto, inicialmente, de apenas oito artigos, que, em suma, estabelecem que:

– O uso da imagem da pessoa falecida por meio de IA requer o consentimento prévio da pessoa em vida ou, na ausência deste, dos familiares mais próximos.

– O consentimento deve ser específico e estabelecer os fins para os quais a imagem ou áudio serão utilizados.

– Os herdeiros podem recusar o uso da imagem

via IA, mesmo que o consentimento tenha sido dado anteriormente.

– A expressão manifestada em vida proibindo a utilização de imagem pós-morte via IA deve ser respeitada.

– O uso da imagem e voz por meio de IA para fins legais, como investigações criminais e processos judiciais, pode ser utilizado, desde que autorizado pelas autoridades competentes.

– As campanhas publicitárias que utilizarem imagem ou áudio produzido por IA devem conter

a mensagem “Publicidade com Uso de Inteligência Artificial”.

A regulamentação é, de fato, necessária e urgente. No entanto, faz-se necessária a complementação do projeto para suprir lacunas e proporcionar segurança à sua aplicação, principalmente no que diz respeito à revogação de autorizações manifestadas em vida e à definição da linha de sucessão para autorização.

Mariana Valverde é advogada, especialista em Propriedade Intelectual, sócia de Moreau Valverde Advogados.

Medidas para oxigenar o STF

Por Marcelo Figueiredo

Atividade no Congresso Nacional de debater mudanças estruturais no Supremo Tribunal Federal é oportuna. A expectativa é de que a análise não se circunscreva à mera implantação de mandato fixo aos seus futuros membros. A alteração errática da jurisprudência e o comportamento ativista de Ministros nas últimas décadas são sintomas de um fenômeno mais complexo: a necessidade de revisão profunda no órgão de cúpula do Poder Judiciário.

Modelado na Suprema Corte norte-americana, não é possível compará-la com o STF, nem no passado, nem no presente. A única semelhança possível é a indicação e nomeação de seus membros pelo Presidente da República, após sabatina e aprovação do Senado.

Assim mesmo, no Brasil, a sabatina realizada pelo Senado é meramente ritual. Não se compara com a inquirição e com os levantamentos quanto à vida pregressa dos candidatos a juiz da Suprema Corte realizados nos Estados Unidos.

E não há nenhuma semelhança entre a Suprema Corte norte-americana e o Supremo Tribunal Federal. Lá vigora a Constituição mais antiga do mundo, de 1787, extremamente enxuta com sete artigos e vinte e

sete emendas. Aqui, a Constituição de 1988, a exemplo das Constituições do período, é extremamente ampla (com mais de 250 artigos só na parte permanente e com mais de 127 Emendas) e analítica, cuidando de numerosos temas e assuntos dos mais diversos.

A Suprema Corte escolhe pouquíssimos casos para julgar por ano (não mais que duas dezenas) e só julga matéria constitucional. No Brasil, o STF é dotado de larguíssima competência originária e recursal sobre diversas matérias, inclusive penal e administrativa, e recebe milhares de processos por ano (cerca de 10 MIL).

Portanto, o STF não é uma Corte Constitucional, é Corte Suprema. Há grande diferença entre os dois modelos.

No Brasil, desenvolveu-se um modelo híbrido que combina ao menos dois tipos de controle de constitucionalidade chamado de “norte-americano” ou difuso e o “europeu” (abstrato e concentrado). Embora essa classificação esteja dogmaticamente superada porque insuficiente, é certo que as desvantagens de tanta concentração e amplitude de competência são muito maiores que as supostas vantagens da abertura da jurisdição constitucional.

Hoje não há praticamente matéria imune à jurisdição do STF. E isso não é responsabilidade exclusiva

de seus Ministros. Estes são obrigados a apreciar e julgar uma gama de conflitos de natureza sensível dada a amplitude da Constituição (fator externo ao STF).

Entretanto, em face da enorme abertura conferida pela Constituição ao controle abstrato (CF, artigo 103), e sua interpretação também generosa, passou o Supremo a “interferir” direta ou indiretamente em atividades que seriam exclusivamente reservadas aos poderes eleitos, especialmente o legislativo e o executivo, muitas das vezes por mero “capricho” de seus ministros e ministras.

Os exemplos de ativismo exagerado e abusivo praticado pelo Supremo são inúmeros ao longo dos últimos anos. Do mesmo modo, também é de ser registrado o fenômeno da “judicialização da política”. Em ambos os casos, a literatura jurídica é farta.

Assim como a população tem de cumprir decisões judiciais das quais discorda, ministros do Supremo Tribunal Federal precisam respeitar leis constitucionais que divergem de suas preferências políticas ou ideológicas.

Leis imperfeitas devem ser corrigidas pelo Congresso Nacional e não pelo Judiciário. Não é papel do STF alterar leis constitucionais que, por alguma razão, exigem eventual atualização

ou retificação legislativa.

Nesse contexto, a introdução de mandatos para os novos integrantes do Supremo Tribunal Federal seria uma modificação importante, desde que associada a outras necessárias para conter o ativismo exacerbado, como, por exemplo, a indicação obrigatória – conforme o caso – de prazo para o Congresso legislar nos casos de competência originária.

Desta forma, o Supremo não poderia exercer a jurisdição constitucional nos casos em que o Congresso pudesse atuar para modificar uma lei ou ato normativo em período razoável a ser definido caso a caso.

Outro problema que merece ser enfrentado diz respeito à escolha em si de candidatos para o Supremo Tribunal Federal. Como bem observa Patrícia Perone Campos Mello (Nos Bastidores do STF, Forense, RJ, 2015), embora a escolha de candidatos para o Supremo Tribunal Federal não seja plenamente orientada por aspectos ideológico-partidários, isso não significa que não seja politizada ou que tais aspectos não tenham qualquer influência.

Os critérios que regem a escolha de ministro do Supremo não são claros. Sabe-se que alguns candidatos são “patrocinados” por pessoas influentes no governo, como, por exemplo, por ministros de Estado, por

ministros do próprio STF, por governadores, por grupos de interesse e mesmo por pessoas que integram o círculo mais íntimo do relacionamento dos presidentes da República.

Reitero: o Supremo Tribunal Federal não é o local para fazer política pública de cotas, não é lugar para premiar Ministros de Estado ou altos funcionários do governo, não é lugar para recompensar advogados ou consultores do governo. Não é lugar para contemplar grupos políticos partidários ou para praticar fisiologismo ideológico. É preciso que o indicado(a) tenha efetivamente o respeito nacional, ao menos da comunidade jurídica. Nomes desconhecidos nacionalmente, indicados por compadrio – ainda que com algum saber jurídico – devem ser rejeitados pelo Senado.

Para oxigenar e dar novos ares ao STF e sua nova composição, as medidas mais prementes são:

– Mandato de 10 anos (sem possibilidade de recondução), período suficiente para proporcionar alterações não coincidentes com os mandatos do executivo e do legislativo;

– Expurgar toda a competência que não é constitucional do STF.

– Melhorar critérios de indicação dos candidatos aumentando o limite de idade para 45 anos;

– Submeter os nomes ao Conselho Federal da OAB e ao STJ, e nesta hipótese nenhuma dessas instituições poderia ter candidaturas;

– Alterar a composição do Supremo para 15 ministros, adotando modelo com um quinto de indicados dentre Professores de Direito Constitucional, eleitos pelo Congresso Nacional, pelo voto da maioria absoluta de seus membros; um quinto eleito pelos Tribunais Superiores (STJ e STF) dentre seus membros; e um quinto indicados pelo Presidente da República, dentre professores de direito constitucional, administrativo ou econômico; um quinto dentre advogados, eleitos pelo Conselho Federal da OAB, e um quinto dentre membros do Ministério Público Federal, eleitos pelo órgão de representação de classe. (Proposta de José Afonso, assessor jurídico de Mário Covas na Constituinte de 1987).

O Congresso Nacional não pode perder essa oportunidade para cumprir o seu papel de revisor das leis, inclusive constitucionais. A cidadania brasileira cobrará essa dívida mais cedo ou mais tarde.

Marcelo Figueiredo é advogado, e professor-associado dos cursos de Graduação e Pós-Graduação de Direito Constitucional e Direito Constitucional Comparado da PUC-SP.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura

Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas



Brasil tem menor nível de incerteza econômica desde 2017

O nível de incerteza da economia do país é o menor desde novembro de 2017. É o que aponta o Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br), divulgado nesta segunda-feira, no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O IIE-Br caiu 4,12 pontos em julho, atingindo 103,5 pontos. Em novembro de 2017, o índice estava em 103,21. Nos últimos quatro meses, o indicador acumula recuo de 13,2 pontos.

Esse indicador é uma média ponderada de dois componentes: o IIE-Br Mídia, baseado na frequência de notícias com menção à incerteza nos principais jornais do país; e o IIE-Br Expectativa, obtido a partir de previsões do mercado financeiro para a taxa de câmbio, juros e inflação.

“Enquanto nos três meses anteriores a queda do IIE-Br havia sido determinada exclusivamente pelo componente de mídia, em julho o resultado é influenciado também pelo compo-

nente de expectativas. Com a desaceleração da inflação ficando mais clara, observa-se redução da heterogeneidade nas previsões de 12 meses tanto para o IPCA quanto para a Selic” explica Anna Carolina Gouveia, economista do Ibre.

Em julho, o componente de mídia caiu 2,6 pontos, menor nível desde fevereiro de 2015. Já o componente de expectativas recuou 8,2 pontos.

Segundo a Agência Brasil, para a pesquisadora, a queda do IIE-Br nos últimos meses tem relação com

a melhoria das perspectivas para o cenário macroeconômico do país, com redução também das incertezas fiscais e políticas.

“A continuidade desse quadro dependerá tanto da recuperação da atividade econômica quanto da manutenção de uma relação colaborativa e sinérgica entre as esferas do governo”, conclui.

O termômetro usado pelo IIE-Br para medir a expectativa do mercado é o Boletim Focus, divulgado nesta segunda-feira pelo Banco Central.

Pauta econômica deve dominar o 2º semestre no Congresso

Terminado o receso parlamentar, o Congresso Nacional retoma as atividades nesta terça-feira. Com reforma tributária, novo arcabouço fiscal e orçamento de 2024 pendentes de aprovação, a tendência é que a pauta econômica domine o segundo semestre do ano.

O cientista político e professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília Roberto Goulart Menezes observa que o governo tem sido habilidoso em concentrar a energia política dentro do Parlamento na dimensão econômica e fiscal do Estado.

“A gente vê uma mudança de uma agenda que era uma agenda muito focada em costumes. A agenda do bolsonarismo está congelada” disse.

A primeira etapa da reforma tributária, concentrada nos impostos sobre o consumo e já aprovada na Câmara dos Deputados, ainda precisa ser analisada pelo Senado. Como há previsão de que o texto seja alterado pelos senadores, o relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), estimou que o tema deve se arrastar no parlamento até o final

deste ano.

Com isso, a segunda etapa da reforma tributária prevista pelo governo, que deve tratar dos impostos sobre a renda, só deve ser apresentada no final do ano, segundo previsão do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Para a cientista política Graziela Testa, professora da FGV Brasília, a reforma tributária sobre a renda é mais difícil de ser aprovada do que a sobre o consumo, já aprovada na Câmara.

“É um tema que é menos consensual entre os partidos de direita e de centro-direita que são a maioria no Congresso. Então, construir esse acordo tende a ser muito mais caro e mais desafiador para o governo” afirmou.

O professor Roberto Menezes explicou que a reforma tributária com foco na renda é mais difícil de ser aprovada porque ela tem o potencial de reduzir a desigualdade do sistema tributário brasileiro, cobrando mais dos setores com as maiores rendas no Brasil.

“Isso dificilmente vai conseguir caminhar. As reformas que o governo Lula deve propor em relação ao imposto de renda, no

meu ponto de vista, dada essa dificuldade, serão meramente cosméticas”, comentou. Entre as medidas já propostas pelo governo, estão a isenção do Imposto de Renda para salários de até R\$ 5 mil, além da tributação de dividendos distribuídos pelas empresas, hoje totalmente isentos. Neste início do agosto, o projeto do novo arcabouço fiscal deve dominar o debate da Câmara dos Deputados. Os deputados federais devem analisar as mudanças impostas pelos senadores, podendo acatar, ou não, as alterações.

Outro projeto de importância econômica ainda pendente de votação é o que restabelece o voto de desempate a favor do governo nos processos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Aprovado na Câmara, o texto aguarda votação do Senado. A previsão é que o tema seja votado ainda no mês de agosto. O Carf é a última instância de julgamento de questões tributárias da administração federal. Atualmente, se o processo ficar empatado, o contribuinte que ingressou no Carf ganha a causa. O novo texto devolve

a preferência do empate ao governo, que espera aumentar a arrecadação com essa mudança.

Segundo a Agência Brasil, há ainda a expectativa de se votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024. Ambas as leis definem o orçamento do próximo ano. O tema deve exigir grandes esforços do governo uma vez que o novo arcabouço fiscal exige uma meta fiscal zero para 2024, o que deve forçar o Executivo a tomar medidas de corte de despesas ou de aumento de receitas.

O sucesso dessa agenda para o governo, segundo a professora da FGV Graziela Testa, vai depender da construção de uma nova governabilidade. A especialista lembra que os recursos do chamado orçamento secreto estão chegando ao fim.

“Estão acabando aqueles recursos que ainda sobram do orçamento secreto, das chamadas emendas do relator, e a construção da governabilidade vai precisar ter outra base. Por isso, vai ser importante fazer uma reforma ministerial”, destacou Graziela.

Mercado continua reduzindo previsão da inflação

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerado a inflação oficial do país – caiu de 4,9% para 4,84% neste ano. A estimativa está no Boletim Focus desta segunda-feira, pesquisa divulgada semanalmente, em Brasília, pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos. Para 2024, a projeção da inflação ficou em 3,89%. Para 2025 e 2026, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

A estimativa para este ano está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3,25% para 2023, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,75% e o superior 4,75%. Segundo o BC, no último Relatório de Inflação, a chance de a inflação oficial superar o teto da meta em 2023 é de 61%.

A projeção do mercado para a inflação de 2024 também está acima do centro da meta prevista, fixada em 3%, mas ainda dentro do intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Segundo a Agência Brasil, em junho, houve deflação no país, ou seja, um recuo nos preços na comparação com maio. O IPCA ficou negativo em 0,08%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi o quarto mês seguido em que a inflação perdeu força. Em maio,

o IPCA foi de 0,23%.

No ano, o índice soma 2,87% e, nos últimos 12 meses, 3,16%, abaixo dos 3,94% observados nos 12 meses imediatamente anteriores e seguindo a tendência de queda apresentada desde junho de 2022, quando o índice estava em 11,89%.

Juros básicos

Nessa semana, dias 1º e 2 de agosto, o Copom realiza a quinta reunião do ano para definir a Selic e, com a inflação em queda, o mercado espera uma redução de, pelo menos, 0,25 ponto percentual, para 13,5% ao ano. Para os analistas financeiros ouvidos na pesquisa Focus, a expectativa é de que os juros básicos encerrem o ano em 12% ao ano.

Para o fim de 2024, a estimativa é de que a taxa básica caia para 9,25% ao ano. Já para o fim de 2025 e de 2026, a previsão é de Selic em 8,75% ao ano e 8,5% ao ano, respectivamente.

A projeção das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira neste ano ficou em 2,24%, mesma do boletim da semana passada. Para 2024, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e serviços produzidos no país - é de crescimento de 1,3%. Para 2025 e 2026, o mercado financeiro projeta expansão do PIB em 1,9% e 1,97%, respectivamente.

A previsão para a cotação do dólar está em R\$ 4,91 para o fim deste ano. Para o fim de 2024, a previsão é de que a moeda americana fique em R\$ 5,00.

FMI projeta economia brasileira crescendo 2,1% em 2023

O Fundo Monetário Internacional (FMI) destacou, no relatório regular de supervisão da economia brasileira (2023 Article IV Consultation), a “ambiciosa agenda de crescimento inclusivo e sustentável” proposta pelo novo governo brasileiro. O FMI prevê crescimento de 2,1% neste ano e de 1,2% em 2024 no Brasil, convergindo ao longo dos anos seguintes para o potencial da economia

brasileira no médio prazo, em torno de 2%.

O relatório foi divulgado pelo FMI nesta segunda-feira. De acordo com o Artigo IV do Acordo Constitutivo do FMI, todos os 190 países-membros devem submeter-se regularmente a essa avaliação.

Segundo o Ministério da Fazenda, as estimativas do FMI são consideradas conservadoras pelo governo brasileiro e estão abaixo

da mediana das estimativas de mercado. O FMI nota ainda que a inflação segue em uma forte trajetória de queda, embora o núcleo e as expectativas mostrem maior resistência.

O FMI ressalta que o Brasil precisará enfrentar desafios econômicos de curto e longo prazos para cumprir a agenda proposta pelo governo. Entre os desafios mencionados estão o crescimento potencial relativamente baixo, a

inflação, o endividamento das famílias e a falta de espaço fiscal para gastos prioritários, incluindo investimentos públicos, além de riscos associados a mudanças climáticas. A reforma tributária, o novo arcabouço fiscal, o fortalecimento de mecanismos de resolução de disputas tributárias e o Programa Desenrola do governo federal são mencionados de forma positiva no relatório.

Educabank Pagamentos Educacionais S.A.

CNPJ/ME nº 37.315.476/0001-21 - NIRE 35.300.555.201

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os Acionistas da Educabank Pagamentos Educacionais S.A. (“Companhia”), conforme disposto no Artigo 8, do Estatuto Social da Companhia e nas Cláusulas 4.1.1 e 4.1.3 do Acordo de Acionistas, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de agosto de 2023, às 08:00 horas, com a presença de acionistas que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) do capital social com direito de voto, ou, em segunda convocação, no dia 04 de setembro de 2023, às 08:00 horas, com a presença de qualquer número dos acionistas com direito de voto, em ambiente virtual pelo link: <https://us02web.zoom.us/j/5058965956?pwd=VUUJUGVtSU9lWHd4TGw2T3E2bzZyUT09>, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras auditadas da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (b) discutir e votar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Estão à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, o relatório de administração sobre os negócios sociais e as Demonstrações Financeiras. São Paulo, 28 de julho de 2023. Danilo Pereira da Costa Filho - Presidente do Conselho de Administração.

Assine o jornal
Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

SEU DIREITO

A nova lei de coleta de dados étnicos e raciais e a LGPD

Por **Lucélia Marcondes**

Em abril de 2023, foi publicada a Lei 14.553, que altera os artigos 39 e 49 do Estatuto da Igualdade Racial, determinando procedimentos e critérios para coleta de informações relativas à distribuição dos segmentos étnicos e raciais no mercado de trabalho.

O artigo 39 do Estatuto estabelece o dever do poder público promover ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive com a implementação de medidas que visem à promoção da igualdade nas contratações do setor público e o incentivo à adoção de medidas similares nas empresas e organizações privadas.

A alteração promovida contribui para a efetivação do que dispõe o Estatuto da Igualdade Racial, ao determinar que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir dos dados coletados junto às empresas e entidades públicas, realize, a cada 5 anos, uma pesquisa destinada a identificar o percentual de ocupação por parte de segmentos étnicos e raciais, com o objetivo de obter subsídios direcionados à implementação das políticas nacionais de promoção de igualdade racial.

Para que a pesquisa possa ser feita pelo IBGE, os empregadores do setor público e privado deverão apontar, em registros administrativos direcionados a órgãos e entidades da Administração Pública, a identificação do segmento étnico e racial a que pertence o trabalhador, a partir de sua autodeclaração.

A coleta desses dados pode ensejar dúvidas ao empregador no que se refere ao projeto de conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Nesse sentido, o primeiro ponto importante é lembrar que o tratamento de dados pessoais será permitido somente a partir de seu enquadramento em uma das hipóteses estampadas nos artigos 7º ou 11º da LGPD.

Para identificar o fundamento correto, recorre-se ao artigo 5º da LGPD, que classifica o dado pessoal sobre origem racial e étnica como sensível, cuja base legal é remetida ao inciso II, alínea a, do artigo 11, ou seja, processamento de dados para cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.

A nova lei estabelece que a identificação do segmento étnico e racial deverá constar em formulários de admissão e demissão no emprego, formulários de acidente de trabalho, instrumentos de registro do Sistema Nacional de Emprego, Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e documentos destinados à inscrição de segurados e dependentes no Regime Geral de Previdência Social, além dos questionários de pesquisa do IBGE.

O processo de abertura de vaga e de seleção não deverá ser alterado, pois a informação de raça e cor não é necessária nesta fase inicial, mas apenas no momento da efetiva contratação do empregado.

Importa registrar que as atividades de tratamento devem limitar-se ao mínimo necessário para o atingimento de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos. Assim, durante o processo de escolha do candidato, cabe ao empregador coletar apenas as informações essenciais para o atendimento às exigências da função, permanecendo vedadas perguntas como a existência de filhos, ocupação em tempo livre, opinião política, orientação sexual, entre outras que em nada possam contribuir ao exercício das atividades laborais.

Observando as regras para a proteção dos dados, o empregador atenderá à Lei nº 14.553/2023 de forma satisfatória, coletando os dados de maneira correta e em momento adequado.

Recomenda-se que a empresa procure seu especialista em privacidade e aproveite a oportunidade para incluir os dados no inventário, fazendo com que esteja sempre atualizado e refletindo a realidade da organização.

Lucélia Marcondes é advogada na Rüdcker Curi Advocacia e Consultoria Jurídica.

Comércio do Rio espera aumento de 4% nas vendas do Dia dos Pais

Segundo pesquisa realizada pelo Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDL-Rio) e pelo Sindicato dos Lojistas do Comércio do Rio de Janeiro (Sindilojas-Rio), na última semana de julho, a estimativa é que haja um crescimento de 4% nas vendas referentes ao Dia dos Pais. Foram entrevistados 250 lojistas de diferentes segmentos, como roupas, calçados (incluindo tênis e sandálias), joias e relógios, livros, eletroeletrônicos, celulares, artigos esportivos, perfumes e acessórios masculinos (cintos e carteiras).

Para 70% dos lojistas o movimento está melhor do que o do ano passado: eles estimam que o preço médio dos presentes deve ficar entre R\$ 110 e R\$ 130, por pessoa.

De acordo com Aldo Gonçalves, presidente do CDL-Rio e do Sindilojas-Rio, o comércio varejista da cidade tem enfrentado com a resiliência as circunstâncias da conjuntura econômica. Esta é uma característica marcante da atividade, inerente ao processo de distribuição de bens junto à sociedade, a despeito do dia, se a data é comemorativa ou não. Pa-

ra isso, muito dispêndio de esforços se faz necessário.

“Ao levantar as portas do seu estabelecimento todos os dias – diz Aldo – sobre o negócio comercial incidem inúmeros custos e outras variáveis que exigem do comerciante capacidade de adaptação e tornam a rotina empresarial um esforço hercúleo para manter a estrutura organizacional ativa. Assim, o lojista vai acompanhando a dinâmica das mudanças do mercado em compasso com os acontecimentos que recaem em seu ambiente operacional. No caso particular do Rio de Janeiro existem componentes que indicam um quadro de recuperação tanto a nível municipal, quanto estadual. Além disso, regionalmente o nível de emprego vem crescendo, com reflexos sobre o aumento da renda e nas expectativas de consumo.”

Ainda segundo Aldo, “não esperamos explosão de consumo. Ao invés, verificamos expectativas boas porque a confiança de certa forma vem subindo. Por isso a performance esperada de vendas joga luz no ânimo dos lojistas para com um início de segundo semestre mais promissor e acréscimos nos ganhos.

Naturalmente que para o comerciante isso tem a ver com o que a economia fluminense tende a oportunizar de investimentos em turismo, startups, energia e nas indústrias de infraestrutura e óleo e gás, e com seus impactos estimados sobre o consumo”, concluiu.

Já levantamento feito pela Research&Markets aponta que o setor de cosméticos voltado para homens atingiu R\$ 69 bilhões só em 2020 e a tendência é que em 2024 chegue em R\$ 78,6, isso confirmado para o Dia dos Pais deste ano, conforme dados da plataforma Nubimetrics.

Segundo o estudo, quando se trata de comprar um presente, os perfumes são as primeiras mercadorias que vem à mente dos compradores.

“Olhando a demanda, nota-se que as fragrâncias masculinas seguem como os mais populares, liderando a categoria com o Invictus, da Paco Rabanne. Um sinal positivo para os vendedores que estão preparando sua oferta para a sazonalidade, em agosto, por exemplo”, explica Juliana Vital, CRO da Nubimetrics

Um fato interessante sobre essa categoria é que,

embora esse item tenha uma alta concentração em catálogo, segundo dados do Mercado Livre apenas 17% oferecem desconto para os usuários.

Também os itens para barba também tornaram-se um dos presentes prediletos para o Dia dos Pais. A subcategoria kits de barbear, no Mercado Livre, por exemplo, registra um dos seus melhores períodos de procura durante essa sazonalidade, ficando atrás apenas para o Natal. Analisando o ranking dos artigos mais buscados da categoria, os kits completos com necessários da marca Barba Robusta lideraram o setor.

Além de beleza, o nicho que vem conquistando o varejo eletrônico que tem um bom desempenho na comemoração é a de Ferramentas. Em crescimento em 2023, essa categoria possui uma grande variedade de presentes, como serras, furadeiras, lixadeiras, martelotes entre outros. As caixas são um destaque importante neste quesito, vem crescendo em procura e já supera o número registrado em 2022. Sobre as marcas, as que mais cresceram foram Fer-car, Stanley e Dewalt.

Semestre teve leve aumento no fluxo de visitas nas lojas físicas e em shoppings

Levantamento apresenta números e insights sobre a presença dos consumidores e as vendas em shopping centers e lojas físicas em todo o país no primeiro semestre de 2023. A Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC) apresenta o Mapeamento de Fluxo de Visitas em Shopping Centers e Lojas Físicas do Brasil. Os dados são oriundos da FX Data Intelligence e da F360º, investidas da HiPartners, Venture Capital focado em Retail Techs, e chancelados pela 4Intelligence e pela Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC). O estudo apresenta tanto a variação da quantidade de visitantes e vendas em relação ao mesmo período de 2022, como o comparativo com o mês anterior.

Em junho de 2023 o fluxo de visitas cresceu 3% nas lojas físicas em relação ao mesmo período do ano passado. Os lojistas de rua contaram com crescimen-

to de 11%, enquanto os de shopping tiveram resultado mais tímido, com alta de 2%. Na margem, o descolamento no fluxo de visitaçã entre os tipos de loja se mantém, assim como também visto no relatório do mês passado, explicando a diferença no crescimento anual.

O mapeamento também apresenta recortes regionais e por segmento. A alta no fluxo de visitaçã em junho de 2023 em lojas físicas (3%), contra mesmo mês de 2022, foi heterogênea entre as regiões. Enquanto Norte (-4%) e Nordeste (-0,5%) observaram queda, as demais regiões tiveram crescimento, com destaque para Centro-Oeste (10%), seguido por Sudeste (4%); enquanto a região Sul aproximou-se da estabilidade (0,1%). Em relação ao volume de vendas, o movimento de alta (9%) para o Brasil foi generalizado territorialmente. O destaque positivo foi o Nor-

deste (13%), seguido pelo Sul (8%) e Norte (8%). Sobre o faturamento nominal, a maior alta também foi no Nordeste (20%), seguido pelo Sul (16%).

O fluxo de visitaçã contou com queda em um dos cinco setores com dados negativo foi o setor livros, jornais, revistas e papelaria, com queda de 30%. A maior alta foi artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, com crescimento de 26%. O destaque negativo para volume de vendas fica para outros artigos de uso pessoal e doméstico (-5%). Já o destaque positivo foi o setor de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, com alta de 15%. No faturamento nominal, os setores de destaque, tanto positiva quanto negativamente, repetem-se, com alta de 23% para artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos,

e queda de 3% para outros artigos de uso pessoal e doméstico.

“Houve uma melhora no cenário de consumo das famílias, com destaque para a renda, que se beneficiou do dinamismo do mercado de trabalho, da recomposição do salário mínimo e da ampliação do Bolsa Família. Outro vetor importante deste comportamento é a dinâmica benigna que se instalou no mercado de alimentos devido ao arrefecimento da inflação desta categoria. Mas, se por um lado os consumidores se beneficiam de um choque de oferta que acarretou a queda dos preços de alimentos e outros insumos no atacado, por outro, um cenário de crédito mais restrito, além de um alto grau de endividamento familiar, desestimulam o crescimento da demanda por bens duráveis, o que pode ser um sinal de alerta”, afirma Eduardo Terra, presidente da SBVC.

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

Títulos públicos federais negociados no mercado secundário

Ambiente desenvolvido em nuvem possibilitará automatização nas negociações

A B3 passou a negociar, nesta segunda-feira, títulos públicos federais no mercado secundário por meio da nova plataforma Trademate, sistema para a negociação eletrônica de ativos de renda fixa desenvolvido totalmente em nuvem e que substituirá a plataforma de negociação Trader. No mercado secundário, as negociações são feitas de investidor para investidor, sem a participação do emissor do título.

A migração da plataforma de negociação de renda fixa para a nuvem faz parte do projeto de modernização das plataformas da B3 que a companhia tem trabalhado desde o ano passado, quando anunciou parceria

com a Microsoft e a Oracle.

Atualmente, todas as etapas que acontecem no mercado secundário de renda fixa, desde a negociação até a liquidação, ainda utilizam trocas de arquivos entre os participantes para efetivação das operações, o que acaba impactando o número de negociações ao longo do dia. “A nova plataforma entregará essas funcionalidades automatizadas e integradas com a depositária da B3, o que permitirá aumentar o tempo e, conseqüentemente, o volume de negociação desses ativos”, informou a bolsa de valores.

Os primeiros produtos negociados no Trademate são os títulos públicos federais indexados NTN-B, LFT e NTNC; títulos públicos pré-fixados LTN e NTN-F; e operações casadas. Os demais produtos serão inseridos em fases, que se estenderão até o primeiro semestre de 2024, informou a bolsa de valores. Na segunda etapa, serão migrados os seguintes produtos: Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), Cotas de Fundos Fechados (CFF), Debêntures e Crédito de Descarbonização (CBIO). As Notas Comerciais (NC), Letras Financeiras (NF) e demais valores mobiliários de emissão pública serão

inseridos na plataforma em fases suplementares.

“Estamos construindo um ambiente único para a negociação de ativos de renda fixa, totalmente integrado com os mercados de derivativos e de pós negociação. Vamos entregar um sistema completo, com maior disponibilidade, acesso simplificado, transparência e com processos de negociação mais rápidos”, afirma Afonso Rossatto, Head de Produtos de Renda Fixa na B3. “Temos trabalhado intensamente dentro da B3 para antecipar demandas do mercado e modernizar nossas plataformas usando tecnologia em nuvem”, afirma Viviane Basso, vice-presi-

dente de Operações da B3.

Mudanças anunciadas

Infraestrutura desenvolvida em nuvem, com alta disponibilidade e processos simplificados como mensageria FIX (protocolo de comunicação adotada no padrão internacional); Integração com os sistemas de pós-negociação da B3 e de terceiros; Conectividade com outros sistemas de negociação eletrônica da B3, facilitando a implementação de estratégias de negociação aos clientes; Processamento de altos volumes de mensagens usando uma infraestrutura mínima, trazendo menor latência e produtividade às operações; Envio em tempo

real de informações de ofertas do mercado disponíveis na plataforma da B3 (Market Data) garantindo maior tempestividade das informações; Consolidação dos negócios numa plataforma única e integração com a Calculadora de Renda Fixa da B3, o que trará maior transparência e atualização para os preços de referência dos ativos negociados; Relatório de negócios executados com assinatura B3 (Drop Copy); Interface amigável e personalizável, favorecendo a fluidez da interação dos usuários com a plataforma; Ambiente preparado para negociar futuramente novos ativos, inclusive títulos estrangeiros e derivativos de juros.

O que se espera da próxima reunião do Copom

Por Jorge Priori

Conversamos com três especialistas do mercado financeiro sobre suas expectativas para a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, nesta terça e quarta-feira. Desde agosto de 2022, a taxa Selic se encontra em 13,75% ao ano.

Segundo o último boletim Focus, o mercado financeiro tem a expectativa de que 2023 feche com uma Selic de 12% e uma inflação de 4,84%. Para 2024, as expectativas são de 9,25% e de 3,89%, e para 2025, 8,75% e 3,50%, respectivamente. A reunião seguinte do Copom está marcada para os dias 19 e 20 de setembro

Jacques Zylbergeld, superintendente de câmbio do Banco

Rendimento Somando-se a inflação corrente, que possui uma dinâmica benigna, nós temos um câmbio apreciado, o que resulta em expectativas de inflação mais baixas e responde à decisão do Conselho Monetário Nacional pela manutenção da meta de inflação em 3%. Dessa forma, nós alteramos a nossa expectativa de corte de 0,25 ponto percentual (p.p.) para 0,5 p.p., o que fará com que a Selic seja reduzida para 13,25% a partir da próxima reunião.

Paulo Gala, economista-chefe do Banco Master.

A minha impressão é que o Copom deve cortar a Selic em 0,25 p.p. com uma votação dividida. Acredito que um grupo de diretores vai votar por um corte de 0,5 p.p., mas isso deve ser uma minoria, com a maioria, formada pelos diretores mais conservadores, votando por



Divulgação

Jacques Zylbergeld, Paulo Gala e André Nunes de Nunes

um corte de 0,25 p.p. Pode ser que o voto pelo corte de 0,5 p.p. vença, mas o mais provável deve ser a decisão pelo corte de 0,25 p.p.

Essa decisão não será unânime. Se por um lado nós temos notícias muito boas de deflação e das quedas da inflação, dos seus núcleos e de difusão, por outro temos uma rigorosa meta de inflação de 3% para o próximo ano. Se fosse uma meta de 4%, estaria fácil, mas com uma meta de 3%, pode ser que os diretores mais conservadores votem por um corte de apenas 0,25 p.p.

André Nunes de Nunes, economista-chefe do Sicredi

Na ata da última reunião, de maneira geral, o Copom trouxe uma visão mais benigna do cenário de desinflação. Na análise do cenário internacional, o comitê apontou a redução do estresse envolvendo os bancos na Europa e nos Estados Unidos, sendo que a conjuntura internacional se mostra mais benigna para o processo inflacionário no Brasil. Na avaliação da inflação foi dado destaque para o menor avanço nos preços de bens industriais

e alimentos, sendo que os componentes mais sensíveis ao ciclo, isto é, os núcleos de inflação, apresentaram uma “incipiente melhora”. Por sua vez, a leitura da atividade mostrou um menor dinamismo dos setores mais cíclicos e trouxe a expectativa de que uma desaceleração se aprofundará ao longo dos trimestres seguintes.

Assim, quando analisamos a conjuntura e os dados divulgados desde a última reunião, percebemos uma evolução na direção da consolidação do cenário projetado pelo Copom.

Do ponto de vista das expectativas de inflação de longo prazo, que é uma preocupação expressa pelo comitê, o relatório Focus tem mostrado quedas marginais ao longo das últimas semanas, mas que continuam desancoradas nos horizontes mais longos (2025 e 2026), mesmo após a definição da meta de inflação para 2026 em 3%.

Portanto, essa questão deve continuar como ponto de preocupação, exigindo cautela e limitando a magnitude de um ajuste na taxa Selic. Na última reunião, o Copom manifestou que houve divergência

entre os membros, sendo que a visão predominante era de que, caso o processo de desinflação continuasse, com o conseqüente impacto positivo sobre as expectativas, seria possível dar início a “um processo parcimonioso de inflação na próxima reunião”.

Já o outro grupo de diretores se mostrou mais cauteloso, por entender que o arrefecimento recente da inflação reflete mais o recuo de componentes mais voláteis. Este grupo ainda precisa ver uma maior reancoragem das expectativas e uma desinflação mais significativa no núcleo de inflação.

Novamente, analisando a evolução dos dados desde a reunião de junho, podemos perceber que as condições destacadas pelo grupo mais cauteloso começaram a ser observadas.

Desse modo, acreditamos que o Copom deve começar a ver espaço para o início do ciclo de cortes na Selic iniciando o movimento com uma redução de 25 p.p.

Nota: as metas de inflação para 2023, 2024, 2025 e 2026 são de 3,25%, 3%, 3% e 3%, podendo variar 1,5 p.p. para cima ou para baixo.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TI RIO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Sindicato das Empresas de Informática do Estado do Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe confere o art. 23 § único do Estatuto da Entidade, e nos termos dos artigos 15, 16, 17 do Estatuto, convoca os representantes de todas as empresas associadas, a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 08 de agosto de 2023, terça-feira, às 10:00 horas em primeira convocação e às 10 horas e 30 minutos, em segunda convocação, com quórum estabelecido no § 4º do artigo 14 do Estatuto, sito à Rua Buenos Aires, nº 68, 32º andar, Centro, nesta cidade, para deliberação da seguinte Ordem do Dia: (1) apreciação e votação de proposta para a Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2025. A Assembleia será instalada em caráter permanente para o fim que se destina. Caso o representante da empresa não seja o diretor presidente, o representante deverá comparecer munido de Procuração com poderes específicos de representação e voto. Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2023. Benito Leopoldo Diaz Paret - Presidente.

BANCO MÁXIMA S/A

CNPJ/ME nº 33.923.798/0001-00 - NIRE 3330015721-2

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2021

DATA E HORÁRIO: 30 de abril de 2021, às 15h00. **LOCAL:** Na sede social do Banco Máxima S/A (“Companhia”), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Atlântica nº 1.130, 12º andar (parte), Copacabana. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada, tendo em vista a presença de todos os acionistas, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76, conforme registros e assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **PRESEÇA:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme se verificou das suas assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Daniel Bueno Vorcaro. Secretário: Angelo Antônio Ribeiro da Silva. 1. Tomar as contas dos Administradores e apreciar o Parecer do Auditor Independente; 2. Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; 3. Deliberar acerca da destinação do lucro líquido do exercício social de 2020; 4. Deliberar acerca da instalação e eleição dos membros do Conselho Fiscal; 5. Deliberar acerca da reeleição dos membros da Diretoria, com mandato até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2024; 6. Deliberar acerca da remuneração global dos Administradores para o exercício social de 2021; e 7. Autorização à administração da Companhia a proceder com as implementações aprovadas nesta Assembleia. **DELIBERAÇÕES:** Dando início aos trabalhos, o Presidente da Mesa esclareceu que a ata da Assembleia será lavrada em forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas, e a sua publicação com omissão das assinaturas da totalidade dos acionistas, conforme facultam os §§ 1º e 2º do artigo 130 da Lei 6.404/76. Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, foram aprovadas, por unanimidade de votos, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, as seguintes matérias colocadas na ordem do dia: 1. Aprovadas as contas dos Administradores da Companhia, o relatório da Administração e do parecer da UHY BENDORAYTES & CIA Auditores Independentes, publicados junto com as Demonstrações Financeiras na edição do dia 31 de março de 2021, no jornal “Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro”. 2. Aprovadas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, publicada na edição do dia 31 de março de 2021, no jornal “Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro”. 3. Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício social de 2020, no montante de R\$70.110.000,00 (setenta milhões, cento e dez mil reais), sendo R\$3.505.500,73 (três milhões, quinhentos e cinco mil, quinhentos reais e setenta e três centavos) para Reserva Legal e R\$66.604.513,79 (sessenta e seis milhões, seiscentos e quatro mil, quinhentos e treze reais e setenta e nove centavos) para Reserva Especial de Lucros. 4. Aprovar a dispensa da instalação e eleição do Conselho Fiscal, conforme facultado pelo artigo 160, da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. 5. Aprovar a reeleição dos seguintes membros da Diretoria, com mandato até a posse dos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2024: (i) Sr. DANIEL BUENO VORCARO, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº MG12849925, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 062.098.326.44, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, Torre B, 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04538-133, como Diretor Presidente; (ii) Sr. LUIZ ANTÔNIO BULL, brasileiro, administrador de empresas, casado, portador da cédula de identidade nº 8.095.325-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 964.812.268-72, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, Torre B, 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04538-133; e (iii) Sr. ANGELO ANTONIO RIBEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, contador, portador do RG nº 081990-0-2 CRC-RJ, e inscrito no CPF/ME sob o nº 013.529.807-54, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, Torre B, 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04538-133, como Diretores Sem Designação Especial. Os Diretores ora eleitos declaram que não estão condenados em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil e que preenchem todas as condições previstas na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.122/12 e nos demais normativos pertinentes ao exercício de suas funções. 6. Aprovar a remuneração global dos Administradores para o exercício social de 2021 em até R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais). 7. Os administradores e procuradores da Companhia ficam autorizados a tomar(em) todas e quaisquer providências necessárias e cabíveis para efetivar e implementar as deliberações desta Assembleia, bem como para proceder à solicitação de homologação perante autarquias competentes, ao posterior arquivamento desta ata na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, alterações e atualizações nos livros sociais, e publicações legais cabíveis. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, da qual foi lavrada a presente ata em livro próprio, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS:** Presidente: Daniel Bueno Vorcaro; Secretário: Angelo Antônio Ribeiro da Silva. Certifico que a presente é cópia fiel extraída do livro próprio. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021. Daniel Bueno Vorcaro - Presidente. Angelo Antônio Ribeiro da Silva - Secretário.

Assine o jornal Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

Mercado acredita em corte da Selic de 0,25 p.p

Perspectiva é que a taxa seguirá caindo nas próximas reuniões

Começa nesta terça-feira, a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central. O mercado tem apostado em uma redução de 0,25 ponto base para a Selic, taxa básica de juros, na próxima quarta-feira (2). O indicador ficaria em 13,5% ao ano com o corte. Nesta segunda-feira, a Newsletter do Nubank fez uma retrospectiva da Selic nos últimos anos até chegar ao patamar atual. Fundado em 2013, o Nubank é uma startup brasileira pioneira no segmento de serviços financeiros.

“De 2% a 13,75% – assim foi o caminho da taxa Selic nos últimos anos, indo da sua baixa histórica a um de seus patamares mais altos. Após 1 ano parada nos 13,75%, há indícios de que o Copom pode baixar a taxa”, destaca a Newsletter, acrescentando que a Selic ajuda a nortear o rendimento de investimentos em renda fixa.

“Mas mesmo com uma possível e sutil redução, os juros seguirão em alta. Com isso, investimentos de renda fixa – incluindo os títulos atrelados à Selic e ao CDI

(Certificado de Depósito Interbancário) – continuam num cenário de rentabilidade alta em relação à inflação”, informa.

Rodrigo Azevedo, economista, planejador financeiro e sócio-fundador da GT Capital, diz que a expectativa é de um corte inicial de 0,25 para dar início a esse ciclo de queda de juros e aí depois sim possivelmente dentro desse ano de 2023 ainda alguns cortes na casa de 0,50, pelo menos mais dois cortes.

“O que me faz pensar que deve ser um corte de 0,25 é porque dentro do próprio comunicado do Copom, na ata, ficou muito claro que existia uma divergência dentro do próprio comitê entre um grupo mais conservador, um grupo que defendia ainda a manutenção da taxa de juros nos patamares atuais para tomar uma medida mais cautelosa, e um outro grupo que já acreditava, sim, que é o momento de iniciar essa inflexão da taxa de juros. Então, dado esse cenário que foi passado dentro da ata do Copom, eu acredito que esse corte deve ficar na casa de 0,25”, destaca o economista.

“Pessoalmente eu acredito que a taxa deve cair 0,25% porque até agora o Copom não tem se mostrado uma postura tão agressiva assim, dada a demora para cair os juros. Então, acho que ele vai ser bem religioso no caso de seguir a risca, a cartilha e optar por uma queda de 0,25% mesmo com o IPCA-15 tendo vindo melhor do que o esperado. Na minha visão, mesmo com essa queda, a renda fixa continua atrativa e ao mesmo tempo a Bolsa está em um momento de alta um pouco exagerada”, diz Rodrigo Cohen, analista de investimentos e co-fundador da Escola de Investimentos

Ata do Copom

Na última ata do Copom em junho, o texto ressalta o posicionamento do BC em relação a manutenção da taxa de juros no patamar atual e os motivos que levaram a essa escolha. Tal decisão causou duras críticas por parte do governo, que defende a redução com base em indicadores que mostram que a economia está reagindo.

“A conjuntura atual, ca-

racterizada por um estágio do processo desinflacionário que tende a ser mais lento e por expectativas de inflação desancoradas, segue demandando cautela e parcimônia. O Copom conduzirá a política monetária necessária para o cumprimento das metas e avalia que a estratégia de manutenção da taxa básica de juros por período prolongado tem se mostrado adequada para assegurar a convergência da inflação”.

A ata ressaltou que o Comitê reforça que irá perseverar até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas. “O Comitê avalia que a conjuntura demanda paciência e serenidade na condução da política monetária e lembra que os passos futuros da política monetária dependerão da evolução da dinâmica inflacionária, em especial dos componentes mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica, das expectativas de inflação, em particular as de maior prazo, de suas projeções de inflação, do hiato do produto e do balanço de riscos”.

Mais de R\$ 9 bilhões foram pagos este ano entre resgates e sorteios

Mais de R\$ 9 bilhões foram injetados na economia, por meio de sorteios e resgates de Títulos de Capitalização, no período de janeiro a maio de 2023, segundo dados divulgados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), analisados pela Federação Nacional de Capitalização (FenaCap). Somente os sorteios pagaram R\$ 27,8 milhões, por semana, uma média de R\$ 5,9 milhões por dia útil.

Desde 2019, a ferramenta de disciplina financeira, também auxilia na manutenção de entidades do Terceiro Setor, por meio da Modalidade Filantropia Premiável - quando o cliente cede o direito de resgate à uma instituição beneficente e participa de sorteios. Segundo o levantamento da Susep, de janeiro a maio de 2023, R\$ 606 milhões foram direcionados a instituições do terceiro setor, por meio da Capitalização, e R\$ 407 milhões foram pagos em sorteios.

A diversidade de canais de distribuição é uma das características que contribuem para impulsionar o mercado, com inúmeras maneiras de contratação, inclusive em pontos comerciais de alta frequência de consumo como supermercados, lojas, mercados, centros de compra e outros.

A Capitalização vem

crescendo, nos últimos anos, de forma contínua, e isso é resultado de muitas ações assertivas, como o lançamento de novos produtos, diversificação dos canais de distribuição, formas de pagamento, precificação, prazos e valores de sorteios.

Desempenho

Somente no mês de maio, mês correspondente ao último balanço divulgado pela Susep, a arrecadação do segmento totalizou R\$ 2,60 bilhões, sendo contabilizados R\$ 1,86 bilhão pagos em resgates. A modalidade Tradicional registrou a maior participação dentre os segmentos, totalizando R\$ 1,9 bilhão. Já em Instrumento de Garantia e Filantropia Premiável, a arrecadação chegou a R\$ 243,6 milhões e R\$ 321,9 milhões, respectivamente. “A capitalização agrega disciplina financeira e sorteios, sendo um segmento com muita aceitação no mercado brasileiro, com diversas possibilidades. A modalidade Garantia, por exemplo, pode ser utilizada para garantir melhores taxas em financiamentos, aluguéis dentre outros tipos de contratos. Representamos um segmento maduro da economia, com mais de 90 anos de atuação, soluções de negócios variadas, disciplina financeira e filantropia”, reforça Denis Moraes, presidente da FenaCap.

Aos poucos, Petrobras vai desmontando armadilhas, diz FUP

A mudança na política de dividendos da Petrobras anunciada na noite de sexta-feira (28), após reunião do Conselho de Administração da companhia, é mais uma medida que vai na direção da reconstrução e fortalecimento da maior empresa do país, cumprindo, assim, promessa de campanha do presidente Lula, expressou nesta segunda-feira a Federação Única dos Petroleiros

(FUP),

“Aos poucos vêm sendo desmontadas as armadilhas que aprisionaram e desnutriram a Petrobrás em favor da transferência de riqueza para acionistas minoritários e em detrimento dos investimentos da empresa”, disse o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar.

Segundo ele, a medida se soma ao novo mecanismo de comercialização de com-

bustíveis implementado a partir de maio pela nova gestão da estatal, que pôs fim à equivocada política de preço de paridade de importação (PPI), adotada pelo governo Temer e mantida por Bolsonaro, e passou a adotar parcela de custos em moeda nacional, o real, na composição dos preços dos derivados.

“Está sendo estancada a sangria da empresa que, em

2022, distribuiu o recorde de R\$ 215,8 bilhões em remuneração aos acionistas, turbinada pelos fortes lucros decorrentes da alta dos preços, reajustados pelo PPI. O que esperamos agora, para breve, são mudanças também no plano estratégico da Petrobras, projetando a empresa para o futuro, com investimentos de longo prazo”, ressaltou Bacelar

Desenrola já limpou nome de 3,5 milhões de pessoas

Cerca de 3,5 milhões de registros de clientes que tinham dívidas bancárias de até R\$ 100 foram desnegativados por instituições financeiras. O balanço foi apresentado nesta segunda-feira pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Também segundo o balanço, a repactuação de dívidas por meio do Programa

Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes (Desenrola Brasil) ultrapassou R\$ 2,5 bilhões em volume financeiro, exclusivamente pela Faixa 2, com a renegociação de mais de 400 mil contratos de dívidas.

A Faixa 2 abrange as renegociações de débitos com bancos para quem tem renda de até R\$ 20 mil sem

limite de valor de dívidas, o que permite o refinanciamento de imóveis e de veículos, por exemplo. Os devedores poderão acionar diretamente as instituições bancárias para negociá-las.

Bom lembrar que a dívida não é perdoadada, mas o devedor deixa de ficar com o nome sujo e pode contrair novos empréstimos e fazer operações como fechar

contratos de aluguel.

Segundo o Ministério da Fazenda, o Desenrola tem o potencial de beneficiar até 70 milhões de pessoas. As políticas para adesão são elaboradas pelas instituições financeiras que aderirem ao programa. As condições para renegociação das dívidas, nessa etapa, serão diferenciadas e cabe a cada instituição financeira defini-las.

RENOVAÇÃO DE LICENÇA

PRE 91 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA – CNPJ: 18.546.442/0001-01 torna público que requereu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº 14/200.209/2016, a renovação de sua Licença Municipal Simplificada LMS-H N°000281/2018 para CONSTRUÇÃO DE GRUPO RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR Endereço: Estrada Mapuá, nº691 - Lote 1 - PAL 33603, Bairro Taquara – CEP:22.713-320/RJ.

ACOLTI - ASSOCIAÇÃO DE ARMARIA, COLEÇÃO, TIRO E CAÇA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente em exercício da Associação de Armaria, Coleção Tiro e Caça - ACOLTI, inscrita no CNPJ sobe o número 31.242.340/0001-52, convoca todos os associados para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, a realiza-se no dia 06 de setembro de 2023, na sua sede situada na Rua do Senado nº 258, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20231-006, às 19 horas, em primeira convocação, com a presença de no mínimo 1/5 dos integrantes do seu quadro social e em segunda convocação às 20 horas, com qualquer número de associados. As chapas concorrentes poderão ser registradas em até 7 (sete) dias úteis após a publicação do presente Edital. Ordem do dia da assembleia geral ordinária: 1º - Apresentação e votação para aprovação das contas da diretoria referente ao exercício de 2021/2023. 2º - Análise e votação para possibilidade de reeleição por mais de 2 biênios de presidente, vice-presidente e diretor tesoureiro. 3º - Eleição e Posse do Presidente, Vice-Presidente, Secretário e dos membros do Conselho Deliberativo da sociedade para o biênio de 2023/2025. 4º - Eleição do Presidente, Vice-Presidente e do Diretor Tesoureiro do Clube para o biênio 2023/2025. 5º - Eleição de dois membros para o conselho fiscal para o biênio 2023/2025. 6º - Homologar os membros da Diretoria apresentado pelo Presidente eleito na Assembleia. 7º - Assuntos gerais. Rio de Janeiro, 16 de agosto de 2023.

Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444